

**ACÓRDÃO Nº 01821/2025 - Segunda Câmara**

Processo : 04566/2024  
Interessado : CONSÓRCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS – CM3R  
Assunto : CONTAS DE GESTÃO  
Período : 2023  
Presidente : ANDRÉ DE SOUSA CHAVES  
CPF : 817.319.221-91

**Contas de Gestão. Exercício de 2023.  
REGULARES. Multa por  
intempestividade. Convergente com a  
SECEXCONTAS.**

**VISTOS** e relatados os presentes autos, que tratam das Contas de Gestão do CONSÓRCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS – CM3R, relativas ao exercício de 2023, de responsabilidade de ANDRÉ DE SOUSA CHAVES.

**ACORDAM** os Conselheiros do **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**, pelos membros integrantes de sua Segunda Câmara, nos termos do voto do Relator:

1 - Julgar REGULARES as Contas de Gestão do CONSÓRCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS – CM3R, relativas ao exercício de 2023, de responsabilidade de ANDRÉ DE SOUSA CHAVES.

2 - Aplicar MULTA nos termos do art. 47-A da Lei Estadual nº 15.958/07 (LO TCMGO) e art. 237 do Regimento Interno do TCMGO, na forma abaixo:

Responsável	ANDRÉ DE SOUSA CHAVES
CPF	817.319.221-91
Conduta	Deixar de apresentar tempestivamente a prestação de contas, quando deveria apresentá-la no prazo previsto no art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017.
Período da conduta	2023
Nexo de causalidade	A não apresentação tempestiva da prestação de contas resultou no descumprimento do prazo legal.
Culpabilidade	É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da ilicitude do ato que praticara e que era exigível conduta diversa daquela que ele adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria o responsável ter realizado a prestação de contas dentro do prazo legal previsto no art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017, em vez de realizá-la intempestivamente.
Dispositivo legal/normativo violado	Art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017.

Encaminhamento	Multa de R\$ 123,38 (1% de R\$ R\$12.338,00) com base no art. 47-A, V, da LO TCMGO
----------------	--

RECOMENDAR que sejam:

(a) tomadas as providências cabíveis para se adaptar às exigências constantes da Lei nº 12.527/2011 e atualizar periodicamente as informações disponíveis no portal oficial da prefeitura, nos termos da IN TCM nº 005/2012; e

(b) selecionados servidores pertencentes ao quadro efetivo da unidade ou ente promotor do certame na escolha dos membros da comissão de licitação e na designação dos pregoeiros, devendo, ainda, a equipe de apoio ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo da administração, nos termos da IN TCM nº 009/2014.

Destaca-se que os documentos/informações foram analisados sob o aspecto da veracidade ideológica presumida e que as conclusões registradas na presente decisão não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, auditorias e denúncias.

À Secretaria do Plenário para as providências cabíveis.

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**, 27 de Março de 2025.

**Presidente:** Fabrício Macedo Motta

**Relator:** Valcenôr Braz de Queiroz.

**Presentes os conselheiros:** Cons. Fabrício Macedo Motta, Cons. Humberto Aidar, Cons. Valcenôr Braz de Queiroz, Cons. Sub. Flavio Monteiro de Andrada Luna, Cons. Sub. Laecio Guedes do Amaral e o representante do Ministério Público de Contas, Procurador Regis Gonçalves Leite.

**Votação:**

Votaram(ou) com o Cons.Valcenôr Braz de Queiroz: Cons. Fabrício Macedo Motta, Cons. Humberto Aidar.

Processo : 04566/2024  
Interessado : CONSÓRCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS – CM3R  
Assunto : CONTAS DE GESTÃO  
Período : 2023  
Presidente : ANDRÉ DE SOUSA CHAVES  
CPF : 817.319.221-91

## **I DAS INICIAIS**

Tratam os autos das Contas de Gestão do CONSÓRCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS – CM3R, relativas ao exercício de 2023, de responsabilidade de ANDRÉ DE SOUSA CHAVES.

Os principais critérios legais e regulamentares observados na análise e julgamento das contas de gestão remetem às disposições pertinentes da Constituição Federal de 1988 (CF/88), Constituição do Estado de Goiás de 1989, Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), IN TCMGO nº 007/2017 e RA TCMGO nº 117/2017. Também são observados os atos normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (artigo 5º da Constituição Federal de 1988) foi concedida abertura de vista ao gestor para conhecimento das ocorrências apontadas no Despacho nº 351/2025. Decorrido o prazo regimental, foram juntados os documentos via ticket nº171866.

O CONSÓRCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS – CM3R é constituído pelos municípios associados de Bom Jesus, Buriti Alegre, Castelândia, Cromínia, Edéia, Edealina, Joviânia, Morrinhos, Mairipotaba, Panamá, Porteirão, Pontalina, Professor Jamil e Vicentinópolis, tendo como principal atividade o manejo adequado e destino do lixo produzido pelos municípios consorciados.

## II DA Secretaria de Controle Externo de Contas – SECEXCONTAS

A análise das Contas de Gestão, de competência da Secretaria de Controle Externo de Contas - SECEXCONTAS, nos termos do art. 112, I, da Resolução Administrativa nº 128/2023 (Regimento Interno do TCMGO), foi realizada conforme a matriz de achados e implicações da Unidade Técnica, atendendo a critérios padronizados e isonômicos.

Após a análise, a Secretaria, por meio do Certificado n.º 420/2025 constante dos presentes autos, manifestou-se pela Regularidade das contas com multa e recomendações, conforme a seguir:

(...)

### RELATÓRIO

*A seguir, evidencia-se o resultado da análise:*

*1. Contas de gestão do segundo semestre do exercício de 2023, protocolizadas em 10/04/2024, fora do prazo.*

*Justificativa: alega que as contas foram protocoladas em 03/04/2024 conforme cópia em anexo.*

*Análise de mérito: a alegação é procedente, visto que a demanda foi protocolada dia 03/04/2024 e concluída dia 10/04/2024, conforme relatório anexado aos autos. Contudo, permanece a falha, pois as contas deveriam ser prestadas até 31/03/2024, dentro do prazo definido no art. 2º da IN TCMGO nº 007/2017. Logo, por critérios de isonomia e segurança jurídica, ante a prática intempestiva do ato de autuação, haverá aplicação da referida penalidade, em percentual previsto no art. 47-A, V, da Lei Estadual 15.958/2007 - LOTCMGO.*

**Responsabilização:**

Responsável	ANDRÉ DE SOUSA CHAVES
CPF	817.319.221-91
Conduta	Deixar de apresentar tempestivamente a prestação de contas, quando deveria apresentá-la no prazo previsto no art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017.
Período da conduta	2023
Nexo de causalidade	A não apresentação tempestiva da prestação de contas resultou no descumprimento do prazo legal.
Culpabilidade	É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da ilicitude do ato que praticara e que era exigível conduta diversa daquela que ele adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria o responsável ter realizado a prestação de contas dentro do prazo legal previsto no art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017, em vez de realizá-la intempestivamente.
Dispositivo legal/normativo violado	Art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017.
Encaminhamento	Aplicação de multa com base no art. 47-A, V, da LO TCMGO.

*2. Disponibilidade de caixa em 31 de dezembro, no montante de R\$139.483,84, informada e contabilizada no Balanço Financeiro, comprovada por meio de extratos e conciliações bancárias.*

3. *Divergência entre as transferências financeiras contabilizadas pelos entes consorciados (pesquisa de empenhos/pagamentos - SICOM/TCMGO) e as receitas contabilizadas pelo Consórcio, conforme evidenciado abaixo:*

Municípios	Transferências Intermunicipais realizadas (SICOM/TCMGO)	Transferências Intermunicipais recebidas (Planilha de Recursos Recebidos)	Diferença
BOM JESUS	R\$ 28.803,60	R\$ 28.803,60	R\$ -
BURITI ALEGRE	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
EDEIA	R\$ 28.803,60	R\$ 28.803,60	R\$ -
JOVIÂNIA	R\$ 21.602,70	R\$ 19.802,47	R\$ 1.800,23
MORRINHOS	R\$ 28.803,60	R\$ 28.803,60	R\$ -
PANAMÁ	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
PORTEIRÃO	R\$ 21.602,76	R\$ 21.602,76	R\$ -
PROFESSOR JAMIL	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
EDEALINA	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
CACHOEIRA DOURADA	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
MAURILÂNDIA	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
PONTALINA	R\$ 28.803,60	R\$ 24.003,00	R\$ 4.800,60
ITUMBIARA	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
VICENTINÓPOLIS	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 331.241,46</b>	<b>R\$ 324.640,63</b>	<b>R\$ 6.600,83</b>

Fonte: Pesquisa empenhos/pagamentos SICOM/TCMGO, Balanço Financeiro e Planilha de Recursos Recebidos.

*Justificativa: alega que a efetivação dos créditos se deu em 02/01/2024, conforme documentos em anexo.*

*Análise de mérito: a alegação é procedente, pois foram anexados relatórios de recebimento do Banco do Brasil e nova planilha de demonstrativos de valores recebidos dos municípios consorciados. Assim, realizou-se nova análise conforme demonstrado abaixo:*

Municípios	Transferências Intermunicipais realizadas (SICOM/TCMGO)	Transferências Intermunicipais recebidas (Planilha de Recursos Recebidos)	Diferença
BOM JESUS	R\$ 28.803,60	R\$ 28.803,60	R\$ -
BURITI ALEGRE	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
EDEIA	R\$ 28.803,60	R\$ 28.803,60	R\$ -
JOVIÂNIA	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
MORRINHOS	R\$ 28.803,60	R\$ 28.803,60	R\$ -
PANAMÁ	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
PORTEIRÃO	R\$ 21.602,76	R\$ 21.602,76	R\$ -
PROFESSOR JAMIL	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
EDEALINA	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
CACHOEIRA DOURADA	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
MAURILÂNDIA	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
PONTALINA	R\$ 28.803,60	R\$ 28.803,60	R\$ -
ITUMBIARA	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
VICENTINÓPOLIS	R\$ 21.602,70	R\$ 21.602,70	R\$ -
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 331.241,46</b>	<b>R\$ 331.241,46</b>	<b>R\$ -</b>

Fonte: Pesquisa empenhos/pagamentos SICOM/TCMGO, Balanço Financeiro e Planilha de Recursos Recebidos.

Portanto, as transferências financeiras realizadas pelos entes consorciados foram devidamente contabilizadas na receita do Consórcio. **Falha sanada.**

4. A ata da Assembleia Geral apresentada não aponta falhas relevantes e aprova as contas do exercício de 2023.

## CONCLUSÃO

A Secretaria de Controle Externo de Contas, no uso de suas atribuições legais, sugere:

Julgar REGULARES as Contas de Gestão do CONSÓRCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS – CM3R, relativas ao exercício de 2023, de responsabilidade de ANDRÉ DE SOUSA CHAVES.

Aplicar MULTA nos termos do art. 47-A da Lei Estadual nº 15.958/07 (LOTCMGO) e art. 237 do Regimento Interno do TCMGO, na forma abaixo:

Responsável	ANDRÉ DE SOUSA CHAVES
CPF	817.319.221-91
Conduta	Deixar de apresentar tempestivamente a prestação de contas, quando deveria apresentá-la no prazo previsto no art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017.
Período da conduta	2023
Nexo de causalidade	A não apresentação tempestiva da prestação de contas resultou no descumprimento do prazo legal.
Culpabilidade	É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da ilicitude do ato que praticara e que era exigível conduta diversa daquela que ele adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria o responsável ter realizado a prestação de contas dentro do prazo legal previsto no art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017, em vez de realizá-la intempestivamente.
Dispositivo legal/normativo violado	Art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017.
Encaminhamento	Multa de R\$ 123,38 (1% de R\$ R\$12.338,00) com base no art. 47-A, V, da LO TCMGO

**RECOMENDAR** ao atual presidente do consórcio, que:

(a) observe a Lei nº 4.320/64 e outras normas legais aplicáveis, notadamente aquelas emanadas por este Tribunal (IN 07/2017), sob pena de desaprovação das contas subsequentes, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Evidencia-se que a Secretaria de Controle Externo de Contas considerou os documentos constantes da prestação de contas, assim como as informações apresentadas ao Sistema SICOM/TCM, pelos entes consorciados, sob o aspecto da veracidade ideológica presumida.

Destaca-se, outrossim, que as conclusões registradas no presente certificado não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, denúncias ou tomada de contas.



### III DA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas emitiu manifestação pelo Parecer nr. 1872/2025, acompanhando a Unidade Técnica, opinou pela **regularidade** das presentes contas, com Multa e recomendações.

### V VOTO DO RELATOR

Após análise, esta Relatoria não encontra razões para divergir e acata, na íntegra, o posicionamento da Secretaria de Controle Externo de Contas, corroborada pelo Ministério Público de Contas.

Assim, o Relator apresenta seu Voto por:

1 - Julgar REGULARES as Contas de Gestão do CONSÓRCIO MUNICIPAL TRÊS RIOS – CM3R, relativas ao exercício de 2023, de responsabilidade de ANDRÉ DE SOUSA CHAVES.

2 - Aplicar MULTA nos termos do art. 47-A da Lei Estadual nº 15.958/07 (LO TCMGO) e art. 237 do Regimento Interno do TCMGO, na forma abaixo:

Responsável	ANDRÉ DE SOUSA CHAVES
CPF	817.319.221-91
Conduta	Deixar de apresentar tempestivamente a prestação de contas, quando deveria apresentá-la no prazo previsto no art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017.
Período da conduta	2023
Nexo de causalidade	A não apresentação tempestiva da prestação de contas resultou no descumprimento do prazo legal.
Culpabilidade	É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da ilicitude do ato que praticara e que era exigível conduta diversa daquela que ele adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria o responsável ter realizado a prestação de contas dentro do prazo legal previsto no art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017, em vez de realizá-la intempestivamente.
Dispositivo legal/normativo violado	Art. 2º da IN TCMGO nº 07/2017.
Encaminhamento	Multa de R\$ 123,38 (1% de R\$ R\$12.338,00) com base no art. 47-A, V, da LO TCMGO

RECOMENDAR que sejam:

(a) tomadas as providências cabíveis para se adaptar às exigências constantes da Lei nº 12.527/2011 e atualizar periodicamente as informações disponíveis no portal oficial da prefeitura, nos termos da IN TCM nº 005/2012; e

(b) selecionados servidores pertencentes ao quadro efetivo da unidade ou ente promotor do certame na escolha dos membros da comissão de licitação e na designação dos pregoeiros, devendo, ainda, a equipe de apoio ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo da administração, nos termos da IN TCM nº 009/2014.

Destaca-se que os documentos/informações foram analisados sob o aspecto da veracidade ideológica presumida e que as conclusões registradas na presente decisão não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, auditorias e denúncias.

**É O VOTO.**

**GABINETE DO CONSELHEIRO RELATOR**, em Goiânia, 18 de março de 2025.

Valcenôr Braz  
Conselheiro Relator